



SUMÁRIO

LISTA DOS SÍMBOLOS LÓGICOS UTILIZADOS	VII
PREFÁCIO	IX
PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO	XI
NOTA À 6ª EDIÇÃO	XIII
APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA	1
INTRODUÇÃO	17
1 O problema da fundamentação das decisões jurídicas.....	17
1.1 Fundamentações jurídicas e valorações	20
1.2 Sobre algumas tentativas de solução.....	23
2 As ideias fundamentais dessa investigação.....	27
3 Delimitação da tópica	31
4 Valorização da necessidade de uma teoria da argumentação jurídica racional na discussão metodológica atual	35

PARTE I

REFLEXÕES SOBRE ALGUMAS TEORIAS DO DISCURSO PRÁTICO

Capítulo I – O DISCURSO PRÁTICO NA ÉTICA ANALÍTICA	41
1 Naturalismo e intuicionismo	42
1.1 O Naturalismo	42
1.2 O Intuicionismo	45
2 O Emotivismo.....	46
2.1 A análise de Stevenson sobre os juízos morais.....	47

2.2	A análise de Stevenson sobre a argumentação moral	48
2.3	O problema da validade dos argumentos práticos	50
2.4	Objeções à teoria de Stevenson	51
3	O discurso prático como atividade guiada por regras	53
3.1	Os fundamentos da Filosofia da Linguagem: Wittgenstein e Austin	53
3.1.1	O conceito de jogo de linguagem de Wittgenstein	54
3.1.2	A teoria dos atos de fala de Austin	58
3.2	A teoria de Hare	62
3.2.1	A teoria de Hare sobre a linguagem da moral	62
3.2.2	A teoria de Hare sobre a argumentação moral	67
3.2.3	A crítica à teoria da argumentação moral de Hare	77
3.3	A teoria de Toulmin	78
3.3.1	A função da moral	79
3.3.2	A análise de Toulmin sobre a argumentação moral	80
3.3.3	A teoria geral da argumentação de Toulmin	81
3.3.4	Problemas da teoria de Toulmin	86
3.3.5	Precisões terminológicas	89
3.4	A teoria de Baier	90
3.4.1	A análise de Baier sobre a argumentação moral	90
3.4.2	O ponto de vista moral	91
3.4.3	Para uma crítica à teoria de Baier	94
4	Alguns resultados provisórios	95
Capítulo II – A TEORIA CONSENSUAL DA VERDADE DE HABERMAS		97
1	A crítica de Habermas à teoria da verdade como correspondência	98
2	A conexão entre a teoria dos atos de fala e a teoria da verdade	99
3	A distinção entre ação e discurso	100
4	A justificação das proposições normativas	102
5	A lógica do discurso	105
6	A situação ideal de fala	112
7	Discussão crítica da teoria de Habermas	116
7.1	Algumas objeções à teoria dos sistemas	116
7.2	A pretensão de fundamentabilidade	118
7.3	As regras de razão	120
7.4	Formas de argumento e regras de fundamentação	122
7.5	Discurso e falsificabilidade	124

7.6	Discurso e dissenso	126
7.7	Discurso e verdade	126
Capítulo III – A TEORIA DA DELIBERAÇÃO PRÁTICA DA ESCOLA DE ERLANGEN		127
1	O programa do método construtivista	127
2	O fim pressuposto na ética construtivista	129
3	Os princípios da ética construtivista.....	131
3.1	O princípio de razão	131
3.2	O princípio moral	134
4	A gênese crítica dos sistemas normativos.....	136
5	Pontos a serem destacados.....	139
Capítulo IV – A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO DE CHAIM PERELMAN		141
1	A teoria da argumentação como uma teoria lógica (em sentido amplo).....	142
2	A argumentação como função do auditório	143
3	Demonstração e argumentação	143
4	O conceito de auditório universal	145
5	Persuadir e convencer.....	148
6	A análise de Perelman sobre a estrutura da argumentação	149
7	A racionalidade da argumentação	152
8	Pontos que devem ser destacados.....	155

PARTE II

ESBOÇO DE UMA TEORIA DO DISCURSO PRÁTICO RACIONAL GERAL

Capítulo I – TEORIA DO DISCURSO PRÁTICO RACIONAL GERAL.....		159
1	O problema da fundamentação de proposições normativas.....	159
2	Teorias do discurso possíveis.....	161
3	A fundamentação das regras do discurso	162
3.1	A fundamentação técnica.....	162
3.2	A fundamentação empírica.....	163
3.3	A fundamentação definitiva	165
3.4	A fundamentação pragmático-transcendental ou pragmático-universal	165
3.5	A relação entre estas formas de fundamentação	167
4	As regras e formas do discurso prático geral.....	167
4.1	As regras fundamentais.....	168

4.2	As regras de razão.....	170
4.3	As regras sobre a carga da argumentação.....	173
4.4	As formas de argumento.....	175
4.5	As regras de fundamentação.....	179
4.5.1	Variantes do princípio de generalizabilidade.....	179
4.5.2	O argumento genético	180
4.5.3	A necessidade de realizabilidade.....	181
4.6	As regras de transição	182
5	Os limites do discurso prático geral.....	182

PARTE III

UMA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

Capítulo I – O DISCURSO JURÍDICO COMO CASO ESPECIAL DO DISCURSO PRÁTICO GERAL	187
1 Os tipos de discussão jurídica	187
2 A tese do caso especial	188
2.1 A discussão jurídica como discussão sobre questões práticas.....	189
2.2 A pretensão de correção	189
2.3 Os cânones da interpretação	192
3 Transição para a teoria da argumentação jurídica	194
Capítulo II – TRAÇOS FUNDAMENTAIS DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA.....	195
1 A justificação interna.....	195
2 A justificação externa	203
2.1 Os seis grupos de regras e formas de justificação externa	204
2.2 A argumentação empírica	205
2.3 Os cânones de interpretação.....	206
2.3.1 As formas concretas de argumentos	207
2.3.2 O papel dos cânones no discurso jurídico.....	214
2.4 A argumentação dogmática	219
2.4.1 Conceito de dogmática jurídica	219
2.4.2 Os enunciados da dogmática jurídica.....	224
2.4.3 O uso dos enunciados dogmáticos.....	227
2.4.4 A fundamentação e comprovação de enunciados dogmáticos	228
2.4.5 As funções da dogmática	231
2.4.6 Argumentação dogmática e argumentação prática geral	236

2.5	O uso dos precedentes	237
2.5.1	A regra da carga da argumentação	238
2.5.2	Uso do precedente e argumentação jurídica	240
2.6	O uso de formas de argumentos jurídicos especiais	241
2.7	O papel dos argumentos práticos gerais no discurso jurídico	245
Capítulo III – DISCURSO JURÍDICO E DISCURSO PRÁTICO GERAL		247
1	A necessidade do discurso jurídico em virtude da natureza do discurso prático geral	247
2	A coincidência parcial na pretensão de correção	248
3	A coincidência estrutural entre as regras e formas do discurso jurídico com aquelas do discurso prático geral	249
4	A necessidade de argumentos práticos gerais no contexto da argumentação jurídica	251
5	Os limites e a necessidade da teoria do discurso jurídico racional	252
APÊNDICE		
TABELA DAS REGRAS E FORMAS ELABORADAS		
I – AS REGRAS E FORMAS DO DISCURSO PRÁTICO GERAL		255
1	As regras fundamentais	255
2	As regras de razão	256
3	As regras de carga da argumentação	256
4	As formas de argumento	256
5	As regras de fundamentação	256
6	As regras de transição	257
II – REGRAS E FORMAS DO DISCURSO JURÍDICO		257
1	As regras e formas da justificação interna	257
1.1	Formas	257
1.1.1	Forma mais simples	257
1.1.2	Forma mais geral	258
1.2	Regras	258
2	Regras e formas da justificação externa	258
2.1	Regras e formas da argumentação empírica	258
2.2	Regras e formas da interpretação	258
2.2.1	Formas da interpretação semântica	258

2.2.2	Formas da interpretação genética	259
2.2.3	Forma fundamental da interpretação teleológica.....	259
2.2.4	Não se elaboraram formas da interpretação histórica, comparada e sistemática	259
2.2.5	Regras	259
2.3	Regras da argumentação dogmática	259
2.4	As regras mais gerais do uso dos precedentes	260
2.5	Formas especiais de argumentos jurídicos	260
2.5.1	Formas	260
2.5.2	Regras	260

POSFÁCIO
RESPOSTA A ALGUNS CRÍTICOS

I – A CONCEPÇÃO PROCEDIMENTAL DA CORREÇÃO PRÁTICA	261
1 Discurso e boas razões.....	261
2 A necessidade da comunicação	264
3 Procedimento e correção.....	268
3.1 Conceito e critério de correção.....	268
3.2 Discurso ideal	269
3.3 Discurso real	271
4 A fundamentação das regras do discurso	273
II – A TESE DO CASO ESPECIAL.....	278
1 A argumentação jurídica como discurso prático	279
1.1 Argumentação jurídica e questões práticas.....	279
1.2 A pretensão de correção	279
1.3 Os limites do discurso jurídico	280
2 Discurso prático e processo judicial.....	283
BIBLIOGRAFIA.....	285
ÍNDICE ONOMÁSTICO	303